



A importância do Centro Multidisciplinar para o desenvolvimento integral dos alunos no contexto educacional

The importance of the Multidisciplinary Center for the integral development of students in the educational context

Marlene Tomaz¹

DOI: [10.5281/zenodo.17900539](https://doi.org/10.5281/zenodo.17900539)

Submetido: 13/09/2025 Aprovado: 01/12/2025 Publicação: 11/12 /2025

RESUMO

O artigo analisa a importância do centro multidisciplinar como instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos no contexto educacional inclusivo. Destaca-se que a atuação articulada entre diferentes áreas, como pedagogia, psicomotricidade, psicologia, fonoaudiologia e serviço social, amplia a compreensão sobre o estudante, favorecendo intervenções adequadas às suas dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Ao reconhecer as singularidades e os ritmos próprios de cada aluno, o centro multidisciplinar fortalece práticas pedagógicas humanizadas e equitativas, alinhadas aos princípios da educação inclusiva. Evidencia-se que a cooperação entre profissionais possibilita a criação de estratégias pedagógicas mais efetivas, contribuindo para a superação de barreiras que dificultam a aprendizagem. A psicomotricidade é apresentada como campo essencial para o desenvolvimento biopsicomotor, ao integrar corpo, movimento, emoção e cognição. O trabalho interdisciplinar, ao articular teoria e prática, assume caráter preventivo, permitindo identificar precocemente dificuldades e promover intervenções contextualizadas. O estudo ressalta, ainda, a importância do vínculo entre escola, família e comunidade, apontando que a parceria entre esses atores fortalece a autonomia e a inclusão social dos alunos. Defende-se que o fortalecimento e a expansão dos centros multidisciplinares devem ser prioridade nas políticas educacionais, uma vez que esses espaços são fundamentais para a construção de ambientes escolares acolhedores, democráticos e comprometidos com a formação integral. Conclui-se que o centro multidisciplinar representa um pilar estratégico para uma educação verdadeiramente inclusiva, humanizadora e transformadora.

Palavras-chave: Centro multidisciplinar. Desenvolvimento integral. Psicomotricidade. Educação inclusiva. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This article examines the importance of the multidisciplinary center as a key element for promoting students' integral development within an inclusive educational context. The study highlights that the collaborative work among various professional fields, such as pedagogy, psychology, psychomotricity, speech therapy, and social services, broadens the understanding of students' needs and supports interventions that address cognitive, emotional, motor, and social dimensions. By recognizing the singularities and individual learning rhythms of each student, the multidisciplinary center strengthens more humanized and equitable pedagogical practices aligned with the principles of inclusive education. Findings indicate that interdisciplinary cooperation promotes the development of effective strategies to overcome learning barriers, while psychomotricity emerges as a fundamental field for biopsychomotor development by integrating body, movement, emotion, and cognition. The articulation between theory and practice enhances preventive actions, enabling early identification of developmental challenges and the provision of contextualized interventions. The study also emphasizes the relevance of strong partnerships between school, family, and community, noting that such collaboration fosters students' autonomy and social inclusion. It argues that strengthening and expanding multidisciplinary centers should be prioritized in educational policies, as these spaces are essential for creating welcoming, democratic environments committed to students' integral formation. The article concludes that multidisciplinary centers serve as strategic pillars for building an inclusive, humanizing, and transformative education.

Keywords: Multidisciplinary center. Integral development. Psychomotricity. Inclusive education. Interdisciplinarity.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol-UNADES. marlenetomaz69@hotmail.com

1. Introdução

As transformações sociais, culturais e educacionais das últimas décadas vêm impondo novos desafios à escola contemporânea, que precisa atender a um público cada vez mais heterogêneo e com múltiplas formas de aprender. Essa realidade exige que o processo educativo vá além da mera transmissão de conteúdos e contemple o sujeito em sua totalidade, reconhecendo que aprender é também um ato que envolve corpo, mente e emoção. Os centros multidisciplinares tornam-se espaços fundamentais de apoio à comunidade escolar, promovendo o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como a pedagogia, psicologia, psicomotricidade, fonoaudiologia e serviço social com o propósito de favorecer o desenvolvimento integral dos alunos.

A educação, conforme afirma Libâneo (2015, p. 42), “precisa ser entendida como um processo global de formação humana, que envolve dimensões cognitivas, afetivas, sociais e éticas”. O trabalho realizado em centros multidisciplinares contribui para ampliar o olhar sobre o estudante, valorizando suas potencialidades e respeitando suas singularidades. Essa abordagem converge com os princípios da educação inclusiva, que propõe uma escola aberta à diversidade e comprometida com o direito de todos à aprendizagem e à participação plena (BRASIL, 2008).

Mantoan (2003, p. 19) enfatiza que “a inclusão não se resume à presença física do aluno na escola, mas implica repensar o processo educativo, as práticas pedagógicas e as relações interpessoais”. A atuação dos profissionais que compõem os centros multidisciplinares tem papel essencial no acompanhamento dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessitam de apoio especializado. O trabalho coletivo e articulado entre esses profissionais e os docentes favorece a criação de estratégias pedagógicas personalizadas, que consideram o ritmo, o contexto e as especificidades de cada aluno.

O desenvolvimento integral deve ser compreendido como um processo que se constrói na relação entre os aspectos biológicos, afetivos, sociais e motores. Para Wallon (2007), o ser humano se constitui por meio da interação entre o meio e a afetividade, e é nessa interdependência que se consolidam as aprendizagens significativas. Ao reconhecer essa complexidade, os centros multidisciplinares contribuem para que a escola se torne um espaço mais sensível às necessidades humanas, no qual a escuta, o acolhimento e a intervenção se unem para fortalecer a trajetória educativa dos alunos.

As políticas públicas também reafirmam essa concepção ao instituírem diretrizes voltadas à promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos. O Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)

reconhecem a importância da colaboração entre diferentes áreas do saber para garantir o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes com necessidades específicas.

Assim, propõe-se refletir sobre a importância do centro multidisciplinar na promoção do desenvolvimento integral dos alunos no contexto educacional inclusivo, destacando como o trabalho interdisciplinar favorece práticas pedagógicas mais humanizadas, que fortalecem o vínculo entre escola e comunidade. Procura-se, evidenciar que a integração entre os profissionais e o compromisso com o cuidado integral do aluno são pilares essenciais para a construção de uma educação democrática, equitativa e verdadeiramente transformadora.

2. Educação inclusiva e atendimento às diversidades

Compreender a importância dos centros multidisciplinares para o desenvolvimento integral dos alunos requer uma abordagem teórica que articule os fundamentos da educação inclusiva, da interdisciplinaridade e das concepções de desenvolvimento humano nas dimensões biopsicossociais. O tema da inclusão tem ganhado crescente destaque nas políticas e práticas educacionais contemporâneas, refletindo a necessidade de uma escola que reconheça a diversidade como princípio e valor educativo.

O artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança”. Esse princípio reforça a necessidade de promover o respeito à diversidade e assegurar igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de suas condições individuais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica definem a Educação Especial como:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, Res. CNE/CEB n. 02/2001, Art. 3º)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) aprofunda essa concepção ao enfatizar que a escola deve assegurar a todos os alunos o acesso ao currículo, à participação e à aprendizagem, em um ambiente que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Desta maneira, a inclusão ultrapassa o campo das

políticas públicas e alcança as relações humanas e pedagógicas, exigindo do professor uma postura ética, empática e colaborativa.

A educação inclusiva, como destaca Carvalho (2005), constitui o fundamento que assegura o direito de todos à aprendizagem e à vivência dos pilares da educação. Para a autora, trata-se de uma formação que possibilita aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver, garantindo ao aluno o exercício pleno da cidadania. Nessa mesma direção, Mittler (2003) enfatiza que a inclusão não é um projeto de adaptação, mas uma proposta de transformação da escola para todos.

Esse entendimento evidencia que a inclusão não se limita a ajustes pontuais no ambiente escolar, mas demanda uma reformulação estrutural, pedagógica e cultural. Implica repensar práticas, metodologias e avaliações, valorizando a singularidade de cada estudante e reconhecendo que todos têm potencial de aprender quando lhes são oferecidas condições adequadas. Mantoan (2003) reforça essa ideia ao afirmar que a inclusão é um processo que implica uma mudança profunda no modo de pensar e organizar a escola, possibilitando que todos aprendam juntos e com qualidade. A autora acrescenta que:

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.(MANTOAN, 2003, p. 30).

Essas reflexões demonstram que a inclusão escolar transcende a simples inserção física de alunos com necessidades específicas. Representa um movimento ético e social que redefine o papel da escola como espaço de pertencimento, de construção da identidade e de promoção da dignidade humana. Carvalho (2018) destaca que a escola inclusiva deve reinventar-se continuamente para acolher a diversidade e oferecer condições efetivas de aprendizagem para todos. Essa perspectiva propõe um ambiente educacional que valorize a diferença como potencial, e não como obstáculo, estimulando a convivência entre sujeitos com distintos modos de aprender e de se expressar.

Segundo Pimenta (2012), o trabalho educativo deve ser sustentado pela reflexão crítica e pela pesquisa sobre a própria prática. Essa concepção amplia a função dos centros multidisciplinares como espaços de formação e troca de saberes, nos quais o conhecimento é reconstruído coletivamente por meio da escuta e da observação das diversas realidades humanas.

Mantoan (2003) reitera a relevância dessa transformação ao afirmar que:

Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que

escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e de suas modalidades de exclusão.(MANTOAN, 2003, p. 30)

Essa mudança de paradigma redefine o papel do professor, que passa de mero transmissor de conteúdos a mediador do conhecimento, promovendo experiências de aprendizagem contextualizadas e inclusivas. Ensinar e incluir, portanto, tornam-se ações indissociáveis, que exigem sensibilidade, escuta atenta e adaptação contínua.

3. Construindo caminhos coletivos: a multidisciplinaridade como eixo da educação inclusiva

A educação inclusiva requer o comprometimento de diferentes saberes, práticas e olhares. A multidisciplinaridade configura-se como eixo estruturante na construção de processos pedagógicos mais humanos e equitativos. Ao articular diferentes áreas do conhecimento, o centro multidisciplinar amplia sua capacidade de compreender e responder às singularidades dos alunos, favorecendo o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa.

A atuação conjunta entre profissionais de distintas áreas permite que as ações pedagógicas sejam mais consistentes e contextualizadas, sobretudo quando se trata de estudantes com necessidades educacionais específicas. A prática multidisciplinar não se limita à troca de informações, mas constitui um espaço de reflexão e corresponsabilidade em torno do desenvolvimento do aluno.

Segundo Fazenda (2012), a multidisciplinaridade é uma forma de diálogo entre os campos do saber, em que cada área contribui com sua especificidade sem perder de vista o objetivo comum que é a compreensão do fenômeno educativo. A interação entre diferentes campos profissionais é essencial para que o ambiente escolar se torne um espaço de acolhimento, troca e aprendizagem compartilhada, no qual todos se tornam corresponsáveis pela construção do conhecimento. Conforme Japiassu (2006, p.5), “a cooperação permite descobertas que o pesquisador solitário (mesmo especializado na pesquisa interdisciplinar) dificilmente pode alcançar: a interfecundação dos saberes é indispensável”.

Fazenda 2012, amplia essa concepção ao afirmar que

A parceria seria, por assim dizer, a possibilidade de consolidação da intersubjetividade – a possibilidade de que um pensar venha a se complementar no outro. A produção em parceria, quando revestida do rigor, da autenticidade e do compromisso amplia a possibilidade de execução de um projeto interdisciplinar. Ela consolida, alimenta, registra e enaltece as boas produções na área da educação. (FAZENDA 2012, p. 85)

Essa concepção reforça que a prática multidisciplinar ultrapassa a mera coexistência de profissionais, configurando-se como uma experiência formativa que integra dimensões cognitivas, afetivas e sociais. O trabalho coletivo constitui-se, como eixo estruturante da educação inclusiva, pois promove o desenvolvimento integral dos alunos e fortalece os laços entre escola, família e comunidade. Libâneo (2015), afirma que:

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (LIBÂNEO 2015, p. 17)

Portanto, a educação de qualidade requer a articulação entre políticas institucionais, práticas pedagógicas e acompanhamento especializado, de modo que o desenvolvimento humano ocorra de forma plena e integral. Sendo assim, evidencia que o trabalho multidisciplinar vai além da cooperação técnica, pois representa uma forma de compreender o aluno em sua totalidade, valorizando as dimensões cognitivas, afetivas e biopsicomotoras.

4. A Relação entre psicomotricidade, interdisciplinaridade e educação inclusiva

A psicomotricidade, enquanto campo interdisciplinar do conhecimento, ocupa papel central no processo educacional, especialmente no contexto da educação inclusiva. Essa área compreende o ser humano em sua totalidade, integrando os aspectos motores, cognitivos e afetivos, e reconhecendo o corpo como mediador da aprendizagem. Fonseca (2010), define:

A Psicomotricidade como ciência, é entendida como o campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências recíprocas e sistémicas, entre o psiquismo e o corpo, e, entre o psiquismo e a motricidade, emergentes da personalidade total, singular e evolutiva que caracteriza o ser humano, nas suas múltiplas e complexas manifestações biopsicossociais, afectivo-emocionais e psicosóciocognitivas (FONSECA, 2010, p.42)

Por isso, entende-se a psicomotricidade como um campo que integra corpo, mente e movimento, buscando compreender o ser humano em sua totalidade. Ao considerar as interações entre aspectos biopsicossociais, emocionais e cognitivos, ela evidencia a importância de abordagens que respeitem a singularidade de cada indivíduo. O movimento, o lúdico direcionado, favorece o próprio desenvolvimento físico, aspectos emocionais e cognitivos e também previne as dificuldades de aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2017), também reforça a importância do desenvolvimento integral do educando, contemplando competências gerais que abrangem não apenas os aspectos cognitivos, mas também os socioemocionais e corporais. As estratégias educacionais devem ser pensadas a partir de uma perspectiva inclusiva e dialógica, que reconheça a diversidade e promova a equidade no acesso ao conhecimento e à participação escolar.

Sob a perspectiva interdisciplinar, a psicomotricidade dialoga com diversas áreas do saber, estabelecendo conexões que ampliam a compreensão sobre o desenvolvimento humano. Essa integração de saberes, permite que o educador atue de forma mais consciente e colaborativa, compreendendo o aluno como sujeito singular e ativo em seu processo de aprendizagem. Mantoan (2003) complementa:

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral. (MANTOAN 2003, p.23)

Assim, a relação entre psicomotricidade, interdisciplinaridade e educação inclusiva consolida-se como base fundamental para o favorecimento do desenvolvimento global do educando, pois integra dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Ao reconhecer o corpo como espaço de expressão e aprendizagem, o movimento como mediador da construção do pensamento e a interação como princípio formativo, a escola consolida-se como um ambiente genuinamente formador, capaz de acolher e valorizar as singularidades de cada estudante.

5. Psicomotricidade e desenvolvimento biopsicossocial do aluno

O desenvolvimento psicomotor está intimamente relacionado à formação integral do sujeito, abrangendo aspectos de coordenação, equilíbrio, lateralidade, ritmo e estruturação espacial e temporal. Tais elementos são indispensáveis para a aquisição de competências escolares, como leitura, escrita e raciocínio lógico, uma vez que estruturam a relação do corpo com o ambiente. Fonseca (2010), ressaltando sua relevância na construção da socialização e da aprendizagem, esclarece:

A psicomotricidade,[...] é portanto compreendida como suporte corpóreo das funções mentais, donde emana a identidade singular e plural do indivíduo, nos inúmeros aspectos da sua evolução complexa e única, isto é, do seu desenvolvimento, da sua socialização e da sua aprendizagem. (FONSECA 2010, p. 42)

À vista disso, comprehende-se que a aprendizagem se constrói sobre o domínio corporal e suas possibilidades de interação com o ambiente e a psicomotricidade contribui de forma

significativa para o aprimoramento das funções cognitivas e afetivas, reforçando a importância do corpo como mediador do conhecimento.

No campo da educação inclusiva, a psicomotricidade torna-se indispensável por favorecer o reconhecimento das potencialidades individuais e o respeito aos ritmos e singularidades de cada aluno. Práticas corporais intencionais estimulam atenção, concentração, autonomia e interação social, fortalecendo dimensões físicas, emocionais e cognitivas. Wallon (2007) lembra que o corpo constitui o primeiro mediador entre o sujeito e o mundo, fundamento sobre o qual se erguem as funções psicológicas superiores. Essa compreensão orienta um trabalho pedagógico que possibilita ao estudante desenvolver consciência de si e das próprias capacidades.

De acordo com Porn e Steidel (2024),

A psicomotricidade desempenha um papel significativo, uma vez que contribui para o desenvolvimento saudável e equilibrado em diferentes fases da vida, por permitir que os educadores promovam o desenvolvimento integral das crianças, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o motor e emocional. Dessa forma, a psicomotricidade se mostra como um recurso pedagógico eficaz para promover um ensino mais inclusivo, dinâmico e alinhado com as necessidades individuais dos alunos. (PORN; STEIDEL, 2024, p. 2)

As autoras reforçam que o trabalho multidisciplinar, ao incorporar saberes da psicomotricidade, amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece um ensino mais inclusivo, dinâmico e sensível às necessidades individuais. Sendo assim, a educação deixa de ser centrada apenas na transmissão de conteúdos e passa a priorizar a formação integral, baseada na valorização das diferenças e na promoção da autonomia.

A compreensão do desenvolvimento humano deve ser compreendido em sua totalidade, abrangendo dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Wallon (2007) sustenta que a emoção e o movimento constituem as bases sobre os quais se edificam as demais funções psicológicas. Vygotsky (1991) complementa esse entendimento ao afirmar que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores é mediado pela interação social e pela linguagem. Ambos convergem para a ideia de que aprender é um processo relacional, sustentado pela troca com o outro e pela participação cultural.

Morin (2002, p.47) confirma essa perspectiva ao declarar que “a educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana” e ainda reforça dizendo que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais” (2002, p.55) o que implica formar sujeitos conscientes de si e do outro, capazes de viver em sociedade de forma autônoma com respeito e empatia. Alinhados a esse entendimento, os centros multidisciplinares tornam-se essenciais ao integrarem ações educativas,

de saúde e de convivência, oferecendo suporte ao fortalecimento das competências cognitivas, emocionais e sociais

A relação entre psicomotricidade e desenvolvimento biopsicossocial constitui base sólida para práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral. Ao reconhecer o corpo como espaço de expressão e o movimento como mediador da construção do pensamento, a escola transforma-se em ambiente acolhedor, onde cada estudante encontra condições para desenvolver-se plenamente. A presença da equipe multidisciplinar potencializa esse processo ao articular saberes diversos e promover intervenções contextualizadas, reafirmando a função social da educação: formar sujeitos críticos, autônomos e capazes de viver com dignidade.

6. O papel do centro multidisciplinar no desenvolvimento biopsicomotor dos alunos

O Centro Multidisciplinar constitui-se como um espaço de articulação entre diferentes saberes e práticas, cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral dos alunos por meio de ações que abrangem as dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Essa estrutura busca atender às especificidades de cada estudante, oferecendo suporte técnico-pedagógico capaz de potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Camargo, Silva e Santana (2025),

Ao articular conhecimentos de diferentes disciplinas, a prática interdisciplinar possibilita a criação de vínculos significativos entre os conteúdos, contribuindo para uma aprendizagem mais profunda e duradoura. (CAMARGO; SILVA; SANTANA, 2025, p. 1532)

A cooperação entre especialistas amplia as possibilidades de intervenção e favorece resultados mais consistentes no processo de aprendizagem. O trabalho colaborativo fortalece o vínculo entre teoria e prática, permitindo compreender o aluno em sua totalidade, e não apenas sob o viés de suas dificuldades.

Essa estrutura assume papel estratégico nas políticas de educação inclusiva, ao contribuírem para a efetivação de práticas pedagógicas equitativas. Ao atuarem de modo colaborativo com professores e gestores, esses espaços favorecem a construção de ambientes escolares mais acolhedores, sensíveis às diversidades e comprometidos com o desenvolvimento humano. Mantoan (2003) enfatiza que

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.15)

A abordagem inclusiva amplia o entendimento de inclusão como um processo que valoriza a diversidade, pois contribui para práticas pedagógicas equitativas, ancoradas na valorização das diferenças e no respeito aos ritmos de aprendizagem.

Além disso, a presença de uma equipe multidisciplinar fortalece a rede de apoio escolar e familiar, ampliando a comunicação entre todos os envolvidos no processo educativo. A escuta ativa e o acompanhamento contínuo dos alunos possibilitam compreender suas trajetórias e planejar ações específicas que promovam o desenvolvimento biopsicomotor e emocional. Sousa e Filho (2008), reafirmam a importância da parceria entre escola x família ao defender que:

Portanto, é imprescindível que família e escola atuem juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando, pois é através da educação que vão se constituir em agentes institucionais capazes de exercer seu papel para a mudança da estrutura social. (SOUZA; FILHO, 2008, p.7)

A afetividade constitui a base do desenvolvimento humano, e a família representa o primeiro ambiente em que essa dimensão se manifesta, reforçando a centralidade da participação familiar no processo educativo. Pais e responsáveis, ao manterem uma parceria colaborativa com a escola, fortalecem a autonomia e promovem a inclusão social dos alunos, evidenciando que o vínculo entre escola e família é um dos pilares do desenvolvimento integral.

Consequentemente, o Centro Multidisciplinar consolida-se como um núcleo fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Ao integrar saberes, reconhecer o corpo como mediador da aprendizagem e respeitar a singularidade de cada estudante, cria condições para que o aluno se desenvolva de modo pleno, fortalecendo a função social da escola enquanto espaço de formação crítica, democrática e transformadora.

7. Considerações Finais

O estudo evidencia que o Centro Multidisciplinar constitui um elemento fundamental na consolidação de uma educação inclusiva, equitativa e humanizada. Sua atuação integrada contribui para compreender o aluno em sua totalidade, valorizando suas dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Ao reconhecer que cada estudante possui ritmos, emoções e potencialidades singulares, o centro multidisciplinar reafirma o compromisso com uma prática pedagógica sensível às diferenças e comprometida com o desenvolvimento integral. Essa visão amplia o papel da escola como espaço de acolhimento, escuta e transformação social, sustentando uma concepção de ensino centrada no sujeito e em suas múltiplas formas de aprender.

A articulação entre diferentes saberes e práticas potencializa o trabalho educativo, pois permite que os profissionais atuem de maneira colaborativa e interdisciplinar. Essa cooperação amplia as possibilidades de intervenção e favorece a construção de estratégias mais eficazes no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. Ao integrar conhecimentos das áreas da educação, saúde e assistência social, fortalece o vínculo entre teoria e prática e contribui para uma abordagem preventiva, capaz de identificar e intervir precocemente em situações que possam comprometer o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. Portanto a atuação conjunta de profissionais especializados transforma o espaço escolar em um ambiente mais inclusivo, dinâmico e promotor de autonomia.

Portanto, o fortalecimento e a expansão dos Centros Multidisciplinares devem ser compreendidos como prioridade nas políticas públicas educacionais. Investir em sua estrutura, na formação continuada das equipes e na ampliação de suas ações representa investir na qualidade da educação e na formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos. Esses espaços configuram-se como núcleos de inovação pedagógica e de valorização da diversidade humana, contribuindo para uma escola mais justa, solidária e comprometida com a promoção do desenvolvimento integral de todos os estudantes. Assim, o Centro Multidisciplinar reafirma seu papel como instrumento essencial na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva, humanizadora e transformadora.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/politica->

nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/. Acesso em: Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível em: https://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/edespecial/mod1/etapa3/CEB0201.pdf. Acesso em: Acesso em: 27 maio 2025.

CAMARGO, Lindomar Linhares de; SILVA, Océlio Brito da; SANTANA, Flávio Carreiro de. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERDISCIPLINARIDADE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 1527–1543, 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **A escola inclusiva: reinventando práticas e transformando realidades**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO. Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DE SOUSA, Ana Paula. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 44, n. 7, p. 1–8, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2012

FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: uma visão pessoal. **Constr. psicopedag.**, São Paulo , v. 18, n. 17, p. 42-52, dez. 2010 .

JAPIASSU, Hilton. O espírito interdisciplinar. **Cadernos Ebape. BR**, v. 4, p. 01-09, 2006. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORN, Graciele Aparecida; STEIDEL, Rejane. Psicomotricidade na educação infantil: um olhar para o processo de ensino/aprendizagem. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar- ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 1, p. e515135-e515135, 2024.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.